



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAPÁ.

PRÓ-REITORIA DE ENSINO

CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS BIOLÓGICAS

JHONH KENNEDY CRUZ DA CUNHA

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL NAS COMUNIDADES ESCOLARES
DOS MUNICÍPIOS DE INFLUÊNCIAS DA ESEC DO JARI/AP/PA**

Laranjal do Jari

2019

JHONH KENNEDY CRUZ DA CUNHA

**PERCEPÇÃO AMBIENTAL NAS COMUNIDADES ESCOLARES
DOS MUNICÍPIOS DE INFLUÊNCIAS DA ESEC DO JARI /AP/PA**

Trabalho de conclusão de curso apresentado para a banca avaliadora como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Ciências Biológicas. Sob a Orientação do Prof. Dr. Haroldo da Silva Ripardo Filho.

Laranjal do Jari

2019

JHONH KENNEDY CRUZ DA CUNHA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jari, como requisito parcial para obtenção do Título de Licenciado em Ciências Biológicas.

Jhonh Kennedy Cruz da Cunha

Data de aprovação: Laranjal do Jari/AP, ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Haroldo da Silva Ripardo Filho

Orientador - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amapá,
Campus Macapá

Prof. Esp. Vera Lúcia Silva de Souza Nobre

Membro da banca examinadora - Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jari

Prof. Msc. Lucilene de Sousa Melo

Membro da banca examinadora - Instituto Federal de Educação, Ciência e
Tecnologia do Amapá, Campus Laranjal do Jari

Dedico este trabalho aos meus pais que sempre acreditaram em mim e apoiaram.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus por toda a força, ânimo e coragem que me ofereceu para ter alcançado esse sonho.

Agradeço a minha família e amigos, porque foram eles que me incentivaram e inspiraram através de gestos e palavras a superar todas as dificuldades.

Agradeço a minha querida amiga Rosiolanda Sousa por ter acreditado nas minhas capacidades, por sempre me ajudar e nunca me deixar desistir.

Agradeço ao IFAP pelos estudos.

Agradeço ao meu orientador prof. Haroldo Ripardo pela oportunidade, paciência e confiança depositada em mim.

Agradeço a todas as pessoas que de uma alguma forma me ajudaram a acreditar em mim eu quero deixar um agradecimento eterno, porque sem elas não teria sido possível.

*“A resposta certa não importa nada: o essencial
é que as perguntas estejam certas.”*

(Mario Quintana)

RESUMO

As Unidades de Conservação têm o papel de preservar a Biodiversidade, porém também tem como objetivo estimular não somente na preservação dos recursos naturais, mas também, como locais de aprendizagem e sensibilização da comunidade em relação à temática ambiental. Um fator fundamental para o sucesso desse processo é adequar o programa às percepções de diferentes grupos de pessoas. O presente estudo tem como objetivo conhecer a percepção ambiental dos alunos do primeiro e segundo ano do ensino médio das escolas localizadas no município de Laranjal do Jari e Monte Dourado sobre a Estação Ecológica do Jari-ESEC Jari. A ESEC do Jari é uma Unidade de Conservação de Proteção integral, que segundo o SNUC essa categoria permite apenas o uso indireto de seus recursos naturais, ou seja, além de conservar a natureza, tem como objetivos também a pesquisa científica e educação ambiental. Os grandes impactos ambientais causados nas UC's inclusive nesta são as queimadas, caça e pesca predatória, garimpos ilegais e desmatamentos. Por este motivo surgem os questionamentos “Será que o público-alvo da pesquisa conhece sobre Unidades de Conservação, especificamente a ESEC do JARI?”, “Sabe sobre importância e objetivos?” Justificando que a percepção ambiental destes indivíduos é de grande relevância para a manutenção da estação ecológica. A metodologia usada para o desenvolvimento do estudo foi aplicação de questionário com 7 perguntas. A pesquisa contou com a participação de 90 alunos, 40 da escola Estadual Professora Sônia Henriques Barreto e 50 da escola Estadual de Ensino Médio Professor Agostinho Guerra. Os resultados do trabalho apontaram que a maioria do público não conhece nenhuma Unidade Conservação, inclusive a ESEC do Jari. Por fim, considera-se necessária a adoção de medidas de intervenções, com o intuito de instruir e sensibilizar a comunidade estudantil através de trabalhos de educação ambiental que abordem a função e a importâncias das Unidades de Conservação.

Palavras-chaves: Unidades de conservação. Estação ecológica do Jari. Ensino médio. Vale do Jari. Percepção ambiental.

ABSTRACT

Conservation Units have the role of preserving Biodiversity, but also aims to stimulate not only the preservation of natural resources, but also as places of learning and awareness of the community in relation to the environmental theme. A key factor in the success of this process is tailoring the program to the perceptions of different groups of people. The present study aims to know the environmental perception of the first and second year high school students located in the municipality of Laranjal do Jari and Monte Dourado on the Jari-ESEC Jari Ecological Station. ESEC do Jari is an integral Protection Conservation Unit, which according to the SNUC, this category only allows the indirect use of its natural resources, ie, in addition to conserving nature, it also aims at scientific research and environmental education. The great environmental impacts caused in the UC's including in this one are the burnings, hunting and predatory fishing, illegal garimpos and deforestation. For this reason, the questions "Does the research target know about Conservation Units, specifically JECI ESEC?", "Do you know about importance and objectives?" Justifying that the environmental perception of these individuals is of great relevance to the maintenance of the ecological station. The methodology used for the development of the study was questionnaire application with 7 questions. The research counted on the participation of 90 students, 40 from the State School Professor Sônia Henriques Barreto and 50 from the State School of High School Professor Augustine Guerra. The results of the study indicated that most of the public do not know any Conservation Units, including Jari's ESEC. Finally, it is considered necessary to adopt intervention measures, with the purpose of educating and sensitizing the student community through environmental education works that address the role and importance of Conservation Units.

Keywords: Conservation Station. Jari Ecological Station. Secondary School. Jari Valley. Environmental Perception.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Mapa de localização da ESEC do JARI.....	21
Figura 2 – Alojamento da Estação Ecológica do Jari.....	22
Figura 3 - Escola Estadual Ensino Médio Professor Agostinho Guerra.....	30
Figura 4 - Escola estadual professora Sônia Henriques Barreto.....	31
Figura 5 – Gráfico referente à pergunta de número 3.....	33
Figura 6 – Gráfico referente à pergunta de número 4.....	34
Figura 7 - Gráfico referente à pergunta de número 5.....	35
Figura 8 - Gráfico referente à pergunta de número 6.....	36
Figura 9 - Gráfico referente à Pergunta de número 7.....	37

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente.

EA – Educação Ambiental.

ESEC – Estação Ecológica.

IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBDF – Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal.

ICMBIO – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

PA – Percepção Ambiental.

PNEA – Política Nacional de Educação Ambiental.

RPPN – Reserva Particular do Patrimônio Natural.

SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente.

SISNAMA – Sistema Nacional de Meio Ambiente.

SNUC- Sistema Nacional de Unidades de Conservação.

UC – Unidade de Conservação.

UICN – União Internacional para a Conservação da Natureza.

UIPN – União Internacional para a Proteção da Natureza.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	OBJETIVOS	15
2.1	Objetivo geral	15
2.2	Objetivos específicos	15
3	FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	16
3.1	Um breve histórico das unidades de conservação	16
3.2	Unidades de conservação no Brasil	17
3.3	História da estação ecológica do Jari	21
4	A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO	23
5	PERCEPÇÃO AMBIENTAL	24
6	METODOLOGIA	28
6.1	Tipo de pesquisa	28
6.2	Área de estudo e público alvo	30
7	RESULTADOS E DISCUSSÃO	32
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	38
	REFERÊNCIAS	40
	APÊNDICE (A)	44

1 INTRODUÇÃO

Pesquisas que compreendam as noções dos indivíduos sobre o meio ambiente são fundamentais no processo de sensibilização da sociedade a respeito da importância da conservação da natureza. Os problemas associados ao meio ambiente estão cada vez mais perceptíveis na sociedade, por meio da mídia ou pela percepção de suas modificações, como na paisagem e clima (FRANCO, 2012).

Nesse âmbito, o tema: percepção ambiental nas comunidades escolares dos municípios de influências da Estação Ecológica do Jari (ESEC do JARI) torna-se um importante instrumento para estender as discussões e proporcionar a conscientização sobre a importância da conservação dos recursos naturais.

Avante ao crescimento da crise ambiental, ameaçando os recursos naturais e o ser humano, tornando-se um dos pontos mais debatidos do mundo, as designadas áreas protegidas surgem como alternativa importante para conservação *in loco* da biodiversidade, com o objetivo de proteger o meio físico e o patrimônio histórico-cultural relacionado aos ambientes naturais. As áreas Indígenas e Unidades de Conservação (UC's) são predominantemente consideradas áreas protegidas, sendo esta última introduzida no Brasil por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (BRASIL, 2000).

O Brasil se destaca quando falamos em áreas protegidas, somente Unidades de Conservação Federal, são mais de 8% do seu território nacional, sem contar as Estaduais e Municipais. Encontram-se distribuídas em todos os biomas brasileiros e na área marinha, caracterizando várias categorias de gestão, graus de proteção e usos (ICMBio, 2014). Por apresentar em seu território uma ampla Biodiversidade, tendo vista sua riqueza, é de interesse da sociedade, governantes, e pesquisadores, fortalecer e aplicar medidas que promovam preservação dos seus respectivos Biomas por meio da criação das Unidades de Conservação, que é umas das bases para proteção dos ecossistemas brasileiros e seu equilíbrio ecológico (RODRIGUES, 2005).

As UC's são estabelecidas no Brasil por meio do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), consolidado pela Lei de nº 9.985 de 18 de Julho de 2000. Definindo as como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites

definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (SNUC, 2000).

Quanto ao histórico sobre a criação e o efetivo papel das UC's, ainda se assegura que não é o suficiente para proteger os recursos naturais, culturais e históricos. Uma das problemáticas vistas atribui-se a falta de envolvimento das comunidades, junto aos setores responsáveis pela manutenção das mesmas (BRESOLIN et al., 2010).

Por isso a importância da EA, um processo que busca elucidar valores e desenvolver atitudes que permitam adotar uma posição consciente e participativa relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais (MEDINA, 2002). Então, a educação ambiental surge como instrumento para que as pessoas possam perceber o seu meio a partir de outros estímulos e perspectivas, conscientizando-as da obrigação de preservação e da harmonização entre a utilização dos recursos naturais e o desenvolvimento econômico.

A percepção ambiental é indicada como um instrumento que deve ser aplicado de modo a identificar as questões positivas e negativas do homem em relação à natureza (TORRES e OLIVEIRA, 2008). Com tudo isso abordado, surge os seguintes questionamentos: Será que o público-alvo da pesquisa conhece sobre Unidades de Conservação, especificamente a ESEC do Jari? Sabe sobre importância e objetivos?

A Estação Ecológica do Jari é uma Unidade de Conservação de proteção integral, sendo diferenciada, por tratar-se de uma área que tem o uso restrito e indireto, cujos objetivos são a conservação da natureza, pesquisa científica e Educação Ambiental (ATLAS, 2008)). A ESEC do Jari está localizada nos municípios de Laranjal do Jari/AP e Monte Dourado distrito de Almeirim/PA. As UC's tendem a passar por grandes conflitos por meio das ações antrópicas, como queimadas, desmatamentos, a caça e pesca ilegais.

Com base neste contexto, faz-se necessário executar um dos seus principais objetivos da ESEC do Jari, a educação ambiental, para o envolvimento e sensibilização das comunidades vizinhas. Como maneira de se fazer pensar e ressaltar o compromisso e aproximação da população, em relação à UC, esta pesquisa justifica-se por meio da percepção ambiental, com o propósito de identificar junto ao público-alvo, qual o conhecimento sobre a UC Estação Ecológica do Jari e suas peculiaridades, provocando a reflexão sobre as vantagens diretas e indiretas de se manter essa área conservada.

Deste modo, difundir o conhecimento sobre a mesma e por meio dos resultados da pesquisa, promover estratégias para incorporação de um programa de educação

ambiental (EA) em comunidades escolares para a difusão do conhecimento sobre a ESEC do JARI.

Os capítulos estão organizados na seguinte estrutura: Capítulo 1 Introdução; Capítulo 2 Objetivos; Capítulo 3 Fundamentação teórica; Capítulo 4, intitulado, “A educação ambiental em unidades de conservação”; Capítulo 5, intitulado, “Percepção Ambiental”; Capítulo 6 Metodologia; Capítulo 7 Resultados e discussão e Capítulo 8 Considerações finais.

2 OBJETIVOS

2.1 Objetivo geral

Investigar a percepção ambiental dos alunos do primeiro e segundo ano do ensino médio das escolas localizadas no município de Laranjal do Jari e Monte Dourado sobre a Estação Ecológica do Jari.

2.2 Objetivos específicos

- Descrever o nível de conhecimento dos alunos do ensino médio a respeito da ESEC do JARI;
- Verificar se os alunos do ensino médio sabem a importância em preservar as Unidades de Conservação;
- Avaliar se a temática “Unidade de Conservação” é abordada nas aulas de Educação Ambiental.

3 FUNDAMENTAÇÃO TÉORICA

3.1 Um breve histórico das unidades de conservação

Ao se falar em unidades de conservação, não se pode deixar de mencionar um marco histórico, a criação do Parque Nacional de Yellowstone em 1872, nos Estados Unidos. Foi através da evolução do conceito de Parque Nacional, na forma instituída em Yellowstone, que surgiram os sistemas de unidades de conservação conhecidos mundialmente (MORSELLO, 2001).

Carla Morsello (2001, p. 24) relata ainda outras civilizações e épocas na qual se pode encontrar uma certa noção de preservação, esclarecendo que no Oriente, os Assírios já estabeleciam reservas antes mesmo do início da era Cristã, e que os Incas também determinavam limites físicos e sazonais à caça de certas espécies. Já Maria Cecília Wey de Brito (2003) menciona outros exemplos, como a criação de um parque para ursos e leões em 1800 a.C. pelo Rei da Pérsia, tal como uma reserva natural criada na Índia no século III a.C., e a decretação de proteção total de uma floresta na Polônia, em 1423.

Como explica Miguel Serediuk Milano (2001), no Ocidente, entretanto, até meados do século XIX, as medidas tomadas para a proteção das áreas naturais sempre se basearam na utilização desses recursos naturais por parte da população, visto que apenas com a Revolução Industrial surgiram movimentos no âmbito da preservação de áreas naturais para a população como um todo.

Assim, com a criação do Parque Nacional de Yellowstone, estabeleceu-se a impossibilidade de qualquer interferência ou exploração de recursos naturais, como madeira, minérios e outros, com a garantia da preservação do seu estado natural (MILANO, 2001). Desta forma, a concepção inicial em relação a criação do Parque deu-se com um propósito eminentemente preservacionista, compreendendo a dissociação homem-natureza.

Levando em conta a criação do Yellowstone National Park, foram sendo criados parques e outras áreas protegidas, em diversos países, dentre eles: Canadá em 1885, a Nova Zelândia em 1894, Austrália, África do Sul e México em 1898, Argentina em 1903, Chile em 1926, Equador em 1934, e Venezuela em 1937 (MILANO, 2002).

Em 1948 foi fundada a União Internacional para a Proteção da Natureza (UIPN) em um Congresso organizado pela Unesco, juntamente com o governo francês, com o objetivo de proporcionar ações com bases científicas que pudessem garantir a

perpetuação dos recursos naturais para o bem-estar econômico e social da humanidade (BRITO, 2003). Em seguida, em 1965, tal organização passou a se chamar União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN), buscando destacar a necessidade de conservação dos *habitats*.

Desde a sua criação, até hoje em dia a UICN passou a exercer um importante papel mundial no desenvolvimento das políticas referentes às áreas naturais protegidas, assessorando países no planejamento e manejo, bem como agindo no processo de definição e atualização conceitual das mesmas (MILANO, 2001).

Desta forma, a IUCN tem como objetivos atuar e estimular a sociedades em todo o mundo na conservação da biodiversidade e assegurar o uso sustentável dos recursos naturais, garantindo a conservação das áreas protegidas, para que elas possam atender aos seus objetivos de criação.

3.2 Unidades de conservação no Brasil

Ao longo do período colonial e imperial existiram normas que geriam e restringiam a exploração de alguns recursos naturais, como o alvará que concedia à Coroa o monopólio do pau-brasil (BRITO, 2003) — destaca-se que, com a revogação deste alvará, deu-se início a uma imensa devastação das florestas brasileiras, com a justificativa de implantação de pastos e lavouras. Essas diretrizes, apesar de confusas e algumas vezes conflitantes, conseguiram de certa forma preservar o patrimônio ambiental brasileiro até o fim do Império. Entretanto, do modo que esclarece o professor Edson Luiz Peters (2003), “o processo destrutivo crescia no mesmo ritmo da legislação, sem que esta alcançasse aquele, em seus fins de prevenção e repressão”.

Durante o governo Vargas, deu-se início a um processo de defesa das riquezas nacionais, dentre elas, as naturais, sendo exemplos legislativos deste movimento de nacionalização o Código de Águas, o Código de Minas e o Código Florestal Brasileiro, todos de 1934 (PETERS, 2003), havendo a chamada Revolução de 30 inaugurado “um período de intensa atividade legisferante de conteúdo inovador” (COSTA NETO, 2003).

O Código Florestal de 1934 (Decreto-lei 23.793/34) foi, deste modo, o primeiro diploma legal brasileiro a atuar de forma parcialmente mais sistêmica sobre os recursos florestais, conceituando pela primeira vez os parques nacionais, florestas nacionais, florestas protetoras e áreas de preservação permanente (BRITO, 2003). Contrariamente

do que estabelecia o Código Civil de 1916, o direito de propriedade deixou de abranger as florestas existentes na terra adquirida, passando a existir obrigações de caráter ambiental, iniciando-se a chamada função ambiental da propriedade, hoje consagrada (PETERS, 2003).

Em 1934, foi realizada a I Conferência Brasileira para a Proteção da Natureza, no Rio de Janeiro, apresentando grande repercussão na questão da preservação ambiental (PETERS, 2003). Já em 1937, conforme já referido, foi criado o primeiro Parque Nacional brasileiro, o de Itatiaia, sendo que no ano de 1939 foram estabelecidos também os Parques Nacionais do Iguaçu e o da Serra dos Órgãos. Em 1937 foi editado o Decreto-lei 25 que previu o instituto do tombamento como mecanismo de preservação da cultura, que também poderia ser empregado nas questões ambientais.

Em 1965, diante o estado de devastação dos recursos florestais e a ineficiência do Código Florestal de 1934, foi editado um novo Código. A principal mudança desse novo Código Florestal a respeito das UC's foi a divisão conceitual entre as unidades que não autorizavam a exploração direta dos seus recursos naturais, que passaram a se chamar restritivas ou de uso indireto — dentre as quais os parques nacionais — e as áreas que liberavam tal exploração, denominadas não restritivas ou de uso direto (BRITO, 2003).

Em 1967 foi criado o Instituto Brasileiro para o Desenvolvimento Florestal (IBDF), pelo Decreto-lei nº 289, como uma autarquia vinculada ao Ministério da Agricultura, que cabia orientar, coordenar e executar as medidas necessárias à utilização racional, à proteção e à conservação dos recursos naturais renováveis e ao desenvolvimento florestal do país. Já na década de 70, com o desenvolvimento do movimento conservacionista no âmbito mundial, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA), em 1973 — teria que buscar a conservação do meio ambiente e o uso racional dos recursos naturais, vinculada, entretanto, ao Ministério do Interior.

Por meio da Lei nº 6.931/81, em 1981 foi implementada a Política Nacional de Meio Ambiente. No mesmo ano também foi estabelecido o Sistema Nacional de Meio Ambiente (SISNAMA), pela Lei nº 6.938/81, sob a direção do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). O SISNAMA é conceituado como um conjunto articulado de instituições, entidades, regras e práticas da União, Estados e Municípios e de fundações instituídas pelo poder público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental. Anteriormente tais leis, não havia um tratamento unitário com relação à defesa do meio ambiente no Brasil, inclusive por ausência de definição legal (BRITO, 2003).

Foram definidos por meio do Decreto nº 89.336/84, outros dois tipos de áreas

protegidas, as reservas ecológicas e as áreas de significativo interesse ecológico. Deste modo, como se pode notar, antes do surgimento do SNUC eram muito perdidas e diferenciadas as diretrizes que atuavam sobre unidades de conservação, havendo diversas categorias de manejo. Além do mais, eram instituídas unidades que ao menos correspondiam a tais categorias (BRITO, 2003).

Assim sendo, em 1989 foi criado o IBAMA – Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, na tentativa de unificar a política ambiental brasileira, particularmente quanto à administração das unidades de conservação. No mesmo ano foi realizada uma proposta de elaboração do Sistema Nacional de Unidades de Conservação que, encaminhada ao Congresso Nacional, só veio a se tornar Lei em 2000 (Lei nº 9.985/2000). Em 2007, criou-se uma nova Autarquia, o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade, a gestão das Unidades de Conservação deixou de ser competência do IBAMA.

No Brasil a lei que institui as Unidades de Conservação, foi sancionada há dezoito anos, regulamentada pela Lei de nº 9.985 de 18 de Julho de 2000, criando o Sistema Nacional das Unidades de Conservação que estabelece as UC's como:

Espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituídos pelo Poder Público. Com objetivo de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam garantias adequadas de proteção. (BRASIL, 2000).

Ainda na mesma lei, determina-se que as UC's se dividam em duas categorias, as de uso sustentável e proteção integral, definindo como:

Proteção integral: manutenção dos ecossistemas livres de alterações causadas por interferência humana, admitido apenas o uso indireto dos seus atributos naturais;

Uso sustentável: exploração do ambiente de maneira a garantir a perenidade dos recursos ambientais renováveis e dos processos ecológicos, mantendo a biodiversidade e os demais atributos ecológicos, de forma socialmente justa e economicamente viável (BRASIL, 2000).

Segundo o Art. 4 da Lei 9.985, de 18 de julho de 2000, o SNUC objetiva a conservação da natureza no Brasil. Especificamente, fornece mecanismos legais às esferas governamentais federal, estadual e municipal e à iniciativa privada.

No Art. 4º o SNUC tem os seguintes objetivos:

I - Contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais;

- II - Proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional;
- III - Contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais;
- IV - Promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais;
- V - Promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento;
- VI - Proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica;
- VII - Proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural;
- VIII - Proteger e recuperar recursos hídricos e edáficos;
- IX - Recuperar ou restaurar ecossistemas degradados;
- X - Proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental;
- XI - Valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica;
- XII - Favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico;
- XIII - Proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

As UC's somente as Federais são instituídas e regidas pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBIO), é uma autarquia em regime federal, criado em 2008, pela Lei de nº 11.516 vinculado ao Ministério do Meio Ambiente, tendo como execução as ações do Sistema Nacional de Unidades de Conservação, podendo propor, implantar, gerir, proteger, fiscalizar e monitorar as UC's instituídas pela União (BRASIL, 2008).

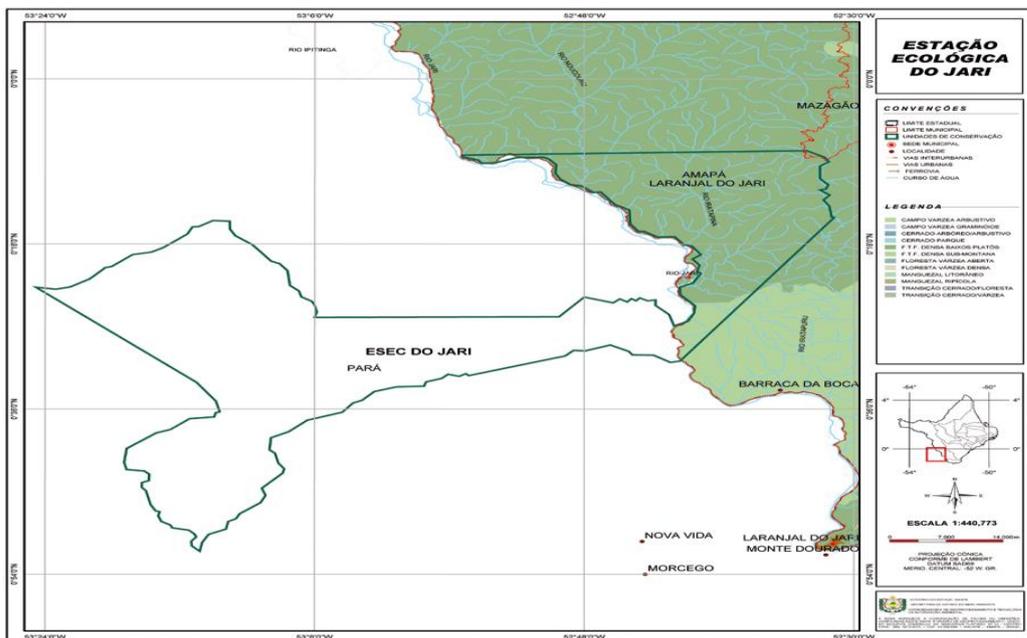
Portanto, o ICMBIO é encarregado pela fomentação e execução de programas de pesquisa, proteção e conservação da biodiversidade em todo o país. Ele deve contribuir para a geração e difusão de informações, conhecimentos e tecnologia referentes à gestão de Unidades de Conservação, e da conservação da biodiversidade.

3.3 História da estação ecológica do Jari

A Estação Ecológica do Jari foi criada pelo Decreto Federal n.º 87.092, de 12 de abril de 1982. A unidade teve a sua área alterada pelo Decreto Federal n.º 89.440, de 13 de março de 1984. Localizada a 80 km ao norte da cidade de Monte Dourado (PA) (Figura 1), com acesso por estrada de terra, entre os paralelos 00°08'33"S e 00°51'15"S e os meridianos 053°24'52"W e 052°30'00"W (aproximadamente), ocupa uma área de 227.126 ha, em uma faixa que vai da margem direita do rio Iratapuru, cruzando o rio Jari, a leste, até o rio Paru, a oeste. Os dois rios são afluentes da margem esquerda do rio Amazonas. (ATLAS, 2008).

Aproximadamente 40% da UC fica no município de Laranjal do Jari (no Amapá) que apresenta cerca de 49.446 habitantes (IBGE 2018) e os outros 60% restantes encontram-se no município de Almeirim (no Pará) (Figura 1), com aproximadamente 34.142 habitantes (IBGE 2018).

Figura 1: Localização da ESEC do JARI



Fonte: ATLAS, 2008.

Sua condição geográfica impõe à ESEC do Jari a função de conectar dois grandes blocos de áreas protegidas: o Corredor de Biodiversidade do Amapá e o Mosaico de UC's da Calha Norte, no Pará.

Figura 2: Fotografia do alojamento da ESEC do JARI.



Fonte: ICMBIO, 2016.

A ESEC do Jari exerce importante papel na preservação de nascentes de cursos d'água da região, como os rios Pacanari e Caracuru, incluindo ainda uma densa rede de igarapés e outros contribuintes das bacias dos rios Jari e Paru. Além da preservação dos recursos hídricos, a unidade protege um tipo de relevo particular conhecido localmente como “Paredão de Pedra”, uma escarpa arenítica que atravessa a ESEC do Jari por 70 km de extensão e cuja altitude chega a 500 metros.

Destacando ainda, a fauna e flora associadas ao Paredão ainda precisam ser estudadas, sendo que neste ambiente registra-se a presença de espécies de mamíferos ameaçados de extinção, como a onça-pintada, e de outras presumidamente ameaçadas, como o tatu canastra, anta, caititu, queixada e veado mateiro (ATLAS, 2008).

Há grande quantidade de aves (181 espécies listadas) incluindo espécies endêmicas da região como: tucano de bico preto, uirapuru estrela, saíra diamante, saú-beija-flor e do raro e espetacular “galo-da-serra”. A ESEC do Jari também é um local de alta riqueza de répteis. O sopé da escarpa pode apresentar ainda grande potencialidade espeleológica.

Outro atributo relevante que está sendo preservado, e é ainda pouco estudado, é a vegetação associada às manchas de afloramento rochoso formado por capas lateríticas. As árvores da mata de terra firme chegam a 50 metros de altura como o angelim vermelho, castanha-do-brasil e beró. Várias outras espécies arbóreas ocorrem na unidade como o cumaru, piquiá, jatobá e o breu.

A ESEC do Jari, além de contribuir para a conservação de uma área destinada a salvaguardar recursos e serviços ambientais essenciais para a manutenção e a qualidade de vida (regulação do clima, das chuvas, captação de carbono, preservação dos solos, da qualidade da água, dos animais e vegetais) para as futuras gerações, é um espaço destinado a pesquisas científicas e atividades de educação ambiental. Entre os objetivos maiores da unidade é transformar-se em um centro de referência em educação ambiental e pesquisa científica no Vale do Jari.

4 A EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO

A educação ambiental (EA) vista como um agente de modificação, exigindo uma intensa alteração de valores, atitudes, “constituindo uma nova visão, ultrapassando bastante o universo puramente conservacionista” (BRÜGGER, 1999), é uma importante ferramenta que pode ser utilizada pelas unidades de conservação para ressignificar os valores concebidos pela sociedade em relação a essas áreas protegidas. Assim, um trabalho de educação ambiental com a comunidade local, poderá ter um grande alcance em direção à sensibilização de gerações futuras para a conservação do meio ambiente e à compreensão da importância das UC's.

A Lei de nº 9.795 /99 que cria a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) define a EA como:

Educação ambiental é o processo por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (BRASIL,1999).

Ainda em relação ao PNEA, o art. 13 apresenta um parágrafo que incumbe o Poder Público em todos os níveis, Municipal, Estadual e Federal de sensibilizar toda a sociedade para a importância das Unidades de Conservação (BRASIL, 1999).

A EA introduzida no processo educativo apresenta-se como uma asserção de construção de um novo pensar e agir, por meio do desenvolvimento de uma consciência ambiental, ou seja, de uma “sensibilização”, que provoque mudança de mentalidade e de atitudes na relação homem-natureza, estreitando esse vínculo. Desta forma, sendo a educação um potencial motor das dinâmicas do sistema social (GUIMARÃES, 2007). Para Medina (2002):

A Educação Ambiental é um instrumento imprescindível para a consolidação dos novos modelos de desenvolvimento sustentável, com justiça social, visando a melhoria da qualidade de vida das populações envolvidas, em seus aspectos formais e não formais, como processo participativo através do qual o indivíduo e a comunidade constroem novos valores sociais e éticos, adquirem conhecimentos, atitudes, competências e habilidades voltadas para o cumprimento do direito a um ambiente ecologicamente equilibrado em prol do bem comum das gerações presentes e futuras (MEDINA, 2002).

Por conseguinte, a participação das comunidades do entorno é fundamental para que os projetos desenvolvidos para essas áreas sejam eficazes, considerando que essas populações possuem um grande compromisso na conservação da natureza (BRESOLIN et al., 2010).

A Educação Ambiental é um dos projetos primordiais nas Unidades de Conservação, por explorar métodos que levam os indivíduos a capacidade de um senso crítico, capaz de ter uma relação mais equilibrada e sustentável com o meio ambiente (TREVISOL, 2003).

Desta maneira, medidas de educação ambiental nessas áreas têm por objetivo a mudança de atitude da população em relação ao espaço protegido, contribuindo para a concepção de novos conhecimentos e valores fundamentais que possam contribuir para a conservação da biodiversidade e no desenvolvimento socioambiental.

5 PERCEPÇÃO AMBIENTAL

Segundo Whyte (1978), a Percepção Ambiental (PA) é a consciência e entendimento do ambiente pelos humanos, incluindo mais do que a percepção sensorial individual. Abrange, além dos sentidos, as imagens mentais sobre a realidade que podem ser demonstradas pelas atitudes, acomodações culturais, expectativas, experiências, interpretações, memórias, princípios.

A PA vem sendo pesquisada em áreas do conhecimento, como na Psicologia, Geografia, Biologia, Antropologia e Meio Ambiente, por exemplo, e procura entender os motivos, métodos e processos que influenciam as pessoas a possuírem opiniões e ações em relação ao meio em que reside. O conceito originário do termo percepção expressa à compreensão de um determinado objeto real (BERGMAM, 2007).

Contribuindo com essa afirmativa Silva (2006) cita:

A percepção pode ser tratada de duas maneiras: a percepção quanto sensação, que é a relação do sujeito com o mundo mediante do que é coletado e mediado pelos sentidos e; cognição, ou processo mental, que concede um significado, é aprendizado de conhecimento, mediado culturalmente. Por esse motivo, a percepção é consequência do que é processado pelos nossos órgãos sensitivos e das nossas noções mentais, originando uma assimilação e sentido para questões do mundo.

Segundo Palma (2005), contribui que “a percepção ambiental aborda qual tipo de relação a sociedade se caracteriza com seu meio natural e do jeito que se dá essa relação”, dessa forma, trata-se de valores que embasam o agir humano em sua interação como ambiente.

As pesquisas na área de percepção podem indicar soluções para diversos problemas ambientais. A população justamente afetada pela gestão de uma UC, devido a experiência de vida no local, pode identificar falhas ou indicar meios para a proteção ambiental (FONTANA, 2004).

De acordo com Oliveira e Corona (2008), devido à oportunidade de conhecer cada um dos grupos envolvidos, tornando factível e facilitado o trabalho com raízes locais, partindo-se da realidade do público alvo para detectar a percepção que eles próprios têm do meio em que convivem.

Os estudos de percepção ambiental possibilitam o diagnóstico de procedimentos apropriados pelo meio dos quais a Educação Ambiental alcançara seus objetivos de sensibilização, além de propiciar a abordagem das dificuldades e dúvidas que os cidadãos envolvidos possam ter relacionados às questões ambientais, pela razão dos pesquisadores estarem contextualizados com a realidade desses indivíduos (FAGGIONATO, 2007; STRACHMAN; TAMBELINI, 2005).

Desta forma, os estudos de percepção propiciam que sejam identificadas as maneiras como os indivíduos obtêm conceitos e valores, o grau de sensibilização e também a postura de cada um no meio. A percepção ambiental de indivíduos é um componente que constata a forma como os sujeitos absorvem concepções, e ainda se estes conseguem contextualizar suas ações. Estes aspectos em conjunto, podem apresentar um fortalecimento para as atividades de Educação Ambiental (EA) (OLIVEIRA et al., 2008).

Malafaia e Rodrigues (2009) retratam ainda a importância da percepção ambiental como “Indicador de Qualidade Ambiental”, que embora seja muitas vezes

desconsiderado, aponta, a partir do esclarecimento de como se dá o uso dos elementos naturais, as possibilidades de práticas mais sustentáveis.

Os estudos de percepção ambiental, se relacionam a eixos norteadores baseados numa visão concreta e interdisciplinar dos problemas ambientais, possibilitando a troca de saberes que, por sua vez, contribuirá significativamente para as ações de manejo que visem reduzir impactos já identificados (BONIFÁCIO; ABÍLIO, 2010).

À vista disso, a compreensão dos aspectos que medeiam a percepção ambiental oportuniza que estratégias de planejamento e gestão ambiental tornem-se mais efetivas, pois, tanto o conhecimento quanto as expectativas dos envolvidos são evidenciados. Dessa forma, as prioridades podem ser traçadas, os conflitos são reduzidos, e a participação se fortalece enquanto elemento integrador das atividades implantadas (DE PAULA et al., 2014).

A identificação de diferentes percepções colabora na gestão de conflitos, no planejamento, nas políticas e programas de educação ambiental (HOEFFEL et al., 2008) e na gestão de áreas naturais. Proporciona também a observação de valores, expectativas e interesses das populações locais em relação a uma UC (PACHECO e SILVA, 2006).

Os estudos de percepção ambiental são formas de avaliar a relação das pessoas com uma UC e de identificar a concepção e a valoração que fazem dela. A análise comparativa da percepção de grupos diferentes (social, econômica e politicamente) sobre uma mesma área permite identificar conflitos e concordâncias, colaborando com a gestão ambiental (FERREIRA, 2005).

A constatação de diferentes percepções sobre o meio ambiente, organizadas a partir de diferentes referenciais, torna-se significativo para a elaboração e aplicação de diagnósticos, planejamentos, projetos e programas de educação ambiental, que venham contribuir na resolução de conflitos e problemas ambientais, incentivando a participação dos diversos atores sociais por uma melhor qualidade de vida e acima de tudo pela justiça social (HOEFFEL e FADINI, 2007).

A Percepção Ambiental é um mecanismo empregado em várias áreas do conhecimento, para o melhoramento da qualidade de vida do homem e das demais espécies que com ele interagem, determinando uma tomada de consciência do ambiente pelo homem; isto é, o ato de conhecer o ambiente no qual se está inserido, aprendendo a proteger e a cuidar do mesmo (MARIN *et al.*, 2003).

Por meio da pesquisa voltada à percepção ambiental é viável identificar a

verdadeira ligação existente entre o homem e a natureza e dessa forma elaborar uma importante base de dados para o planejamento e implementação da EA em UC's (TORRES e OLIVEIRA, 2008).

A participação das comunidades vizinhas às UC's é fator preponderante na elaboração e desenvolvimento de programas de Educação ambiental (EA) que, para serem eficientes, não necessita apenas considerar como objeto de estudo os aspectos pertinentes à conservação da biodiversidade, nem serem unilaterais, partindo do órgão governamental para a comunidade, mas sim incorporar uma relação harmônica de intercâmbio, participação e conhecimento (BERNARDES e MARTINS, 1998).

Portanto, projetos de conservação de áreas naturais devem ter como base os estudos de percepção ambiental das comunidades locais, que são de suma relevância para a definição de propostas de criação e gestão de Unidades de Conservação, ou mesmo de qualquer planejamento que seja realizado no ambiente.

6 METODOLOGIA

6.1 Tipo de pesquisa

A presente pesquisa se caracteriza como uma pesquisa de campo, contendo abordagem qualitativa e quantitativa. E também se fez necessário a pesquisa bibliográfica para seu desenvolvimento.

Segundo Marconi e Lakatos (2003):

A pesquisa de campo é aquela utilizada com o objetivo de conseguir informações e/ou conhecimentos acerca de um problema, para o qual se procura uma resposta, ou de uma hipótese, que se queira comprovar, ou ainda descobrir novos fenômenos ou as relações entre eles.

Quanto a abordagem qualitativa se deve para a descrição do objeto de estudo. Para Goldenberg (1997, p.34) a:

Pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim, os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa. (GOLDENBERG 1997, p.34).

Desta forma a abordagem qualitativa tem como finalidade compreender o porquê das coisas estudadas, exemplificando o que deve ser realizado, porém sem quantificar os valores ou até mesmo forma simbólica, muito menos se submetem a prova de fatos, mas se convém a mostrar diferentes abordagens.

Quanto à abordagem quantitativa desenvolve-se por meio da expressão numérica, usando os métodos estatísticos. Como esclarece Fonseca (2002, p. 20):

Diferentemente da pesquisa qualitativa, os resultados da pesquisa quantitativa podem ser quantificados. Como as amostras geralmente são grandes e consideradas representativas da população, os resultados são tomados como se constituíssem um retrato real de toda a população alvo da pesquisa. A pesquisa quantitativa se centra na objetividade. Influenciada pelo positivismo, considera que a realidade só pode ser

compreendida com base na análise de dados brutos, recolhidos com o auxílio de instrumentos padronizados e neutros. A pesquisa quantitativa recorre à linguagem matemática para descrever as causas de um fenômeno, as relações entre variáveis, etc. A utilização conjunta da pesquisa qualitativa e quantitativa permite recolher mais informações do que se poderia conseguir isoladamente. (FONSECA 2002, P. 20).

Este tipo de abordagem focaliza uma quantidade pequena de conceitos, utiliza procedimentos estruturados e instrumentos formais para coleta de dados, assim como enfatiza a objetividade, na coleta e análise de dados, tal como usar a análise de dados por meio dos procedimentos estatísticos.

A Pesquisa Bibliográfica foi uma etapa necessária para o desenvolvimento dos trabalhos, objetivando o levantamento de dados pertinentes aos assuntos abordados na pesquisa. Segundo Fachin (2005) a pesquisa bibliográfica é por excelência, uma fonte inesgotável de informações, pois auxilia na atividade intelectual e contribui para o conhecimento cultural em todas as formas do saber. Deste modo o pesquisador deve concentrar-se plenamente no processo de pesquisa/aprendizagem, a fim de obter a compreensão e assimilação e chegar ao conhecimento esperado.

A elaboração e aplicação dos questionários ao público, com perguntas abertas e fechadas, objetivando a coleta de dados. Segundo Marconi e Lakatos (2003) Questionário é um instrumento de coleta de dados, constituído por uma série ordenada de perguntas, que devem ser respondidas por escrito e sem a presença do entrevistador. Como toda técnica de coleta de dados, o questionário também apresenta uma série de vantagens:

- a) Economiza tempo, viagens e obtém grande número de dados.
- b) Atinge maior número de pessoas simultaneamente.
- c) Abrange uma área geográfica mais ampla.
- d) Economiza pessoal, tanto em adestramento quanto em trabalho de campo.
- e) Obtém respostas mais rápidas e mais precisas.
- f) Há maior liberdade nas respostas, em razão do anonimato.
- g) Há mais segurança, pelo fato de as respostas não serem identificadas.
- h) Há menos risco de distorção, pela não influência do pesquisador.
- i) Há mais tempo para responder e em hora mais favorável.
- j) Há mais uniformidade na avaliação, em virtude da natureza impessoal do instrumento.
- l) Obtém respostas que materialmente seriam inacessíveis.

6.2 Área de estudo e público alvo

O trabalho foi desenvolvido com alunos da 1ª e 2ª série do ensino médio regular, nas escolas estaduais localizada nos municípios de Monte Dourado distrito de Almeirim/PA e Laranjal do Jari/AP. (Figura 3 e 4)

A escola Estadual de Ensino Médio Professor Agostinho Guerra, realiza trabalhos com o nível de ensino, Ensino Médio Regular. A mesma conta em suas dependências com :12 salas de aulas utilizadas, 26 funcionários, sala de diretoria, sala de professores, laboratório de informática, laboratório de ciências, quadra de esportes coberta, cozinha, biblioteca, banheiro dentro do prédio, banheiro adequado à alunos com deficiência ou mobilidade reduzida, sala de secretaria, banheiro com chuveiro, pátio coberto, pátio descoberto, área verde. A escolha da escola foi devido ser a única Instituição Estadual localizada no município de influência da Estação Ecológica do Jari, Monte Dourado, distrito de Almeirim.

Figura 3- Escola Estadual Ensino Médio Professor Agostinho Guerra



Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Escola Estadual Professora Sônia Henriques Barreto, localizada no município de Laranjal do Jari, extremo sul do Amapá. Esta Instituição tem como foco as atividades escolares voltadas para os níveis de ensino: Ensino Fundamental anos finais, Ensino Médio Regular e Educação de Jovens e Adultos.

Figura 4- Escola Estadual Professora Sônia Henriques Barreto



Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

A Escola foi escolhida para pesquisa devido a sua importância para a comunidade, foi a primeira a instituição pública voltada para atividades escolares na cidade. Esta Instituição consta com 15 salas de aulas, 85 funcionários, laboratório de informática, sala de professores, sala da diretora, sala de recursos multifuncionais para atendimento educacional especializado, quadra de esporte coberta, cozinha, banheiros, secretaria, pátio coberto, biblioteca e equipamentos como computadores, tv, dvd, retroprojeter, datashow, câmera filmadora etc. Este estabelecimento de ensino oferece serviços nos turnos matutino, vespertino e noturno.

7 RESULTADOS E DISCUSSÃO

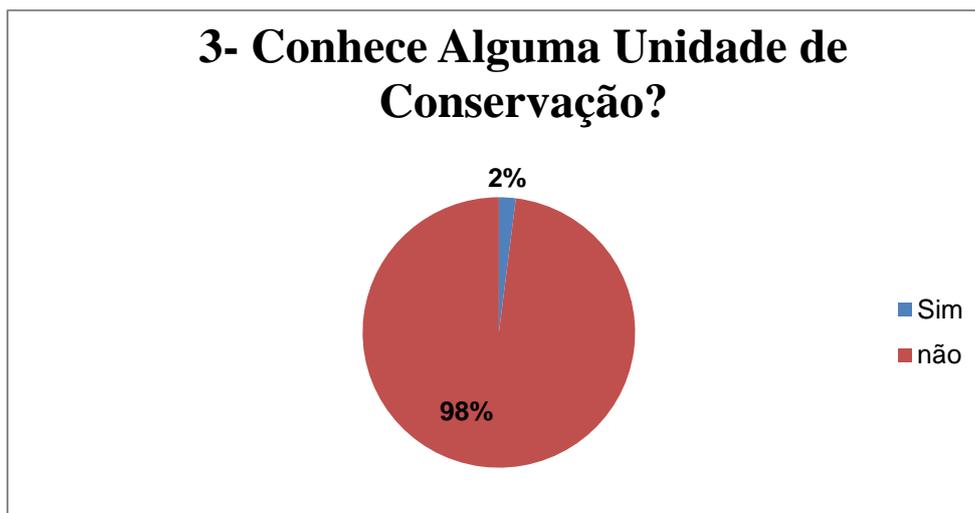
Participaram da pesquisa 90 alunos com idade entre 15 a 18 anos, sendo 60% do sexo masculino e 40% feminino. Na Pergunta 3 “Conhece alguma Unidade de Conservação? ”, Observou-se, 98% dos alunos afirmaram não conhecer nenhuma UC, enquanto 2% assinalaram que sim, Figura 5, com esses dados pode notar-se que os discentes averiguados não detêm de conhecimento sobre as UC’s, mesmo o público residindo em estados como o Amapá, que se destaca em termos de áreas protegidas, tendo seu território grande parte perpassada por Unidades de Conservação, áreas indígenas e quilombolas.

O Pará, é um estado caracterizado por ter o maior Mosaico de Unidades de Conservação Conhecido como Calha Norte. O Mosaico Calha Norte é composto por sete unidades de conservação estaduais e quatro federais, o projeto aprovado será efetivado inicialmente em cinco UCs estaduais e uma federal – as florestas estaduais de Faro, Trombetas e Paru, a Estação Ecológica Grão-Pará, a Reserva Biológica Maicuru e a Estação Ecológica do Jari, situadas na margem esquerda (calha norte) do Rio Amazonas, nos estados do Pará e Amapá, abrangendo parte dos municípios paraenses de Faro, Oriximiná, Óbidos, Alenquer, Monte Alegre, Prainha e Almeirim, e do município amapaense de Laranjal do Jari.

Pode-se perceber a importância em conhecer essas áreas para potencializar a relação entre cidadãos e UC. Neves et. al (2017) em uma pesquisa realizados com alunos de uma escola pública apresentou em seus resultados que a maioria dos discentes não conheciam as UC’s. Os 2% que responderam sim, não souberam relatar como conheceram a mesma.

Essa falta de conhecimento cria obstáculos para aquisição de novos valores, mudança de comportamento e percepção ambiental. Alguns alunos dessas escolas saíram de comunidades que fazem parte da Zona de Amortecimento da UC, ESEC do Jari, designada pelo SNUC (BRASIL, 2000) como o entorno de uma unidade de conservação, onde as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a unidade.

Figura 5: Gráfico referente à Pergunta de número 3.



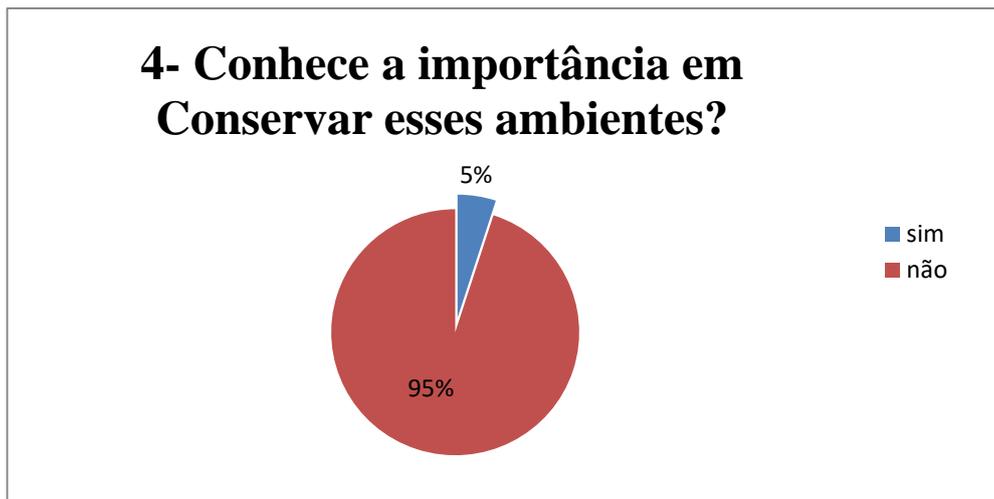
Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

A pergunta 4 foi “Conhece alguma importância em preservar esses ambientes? Comente”. As respostas apresentadas foram 95% não e 5% sim, Figura 6, o que se pode perceber com esses dados, que a maioria dos discentes não sabe a importância em preservar ambientes como Unidades de Conservação, levando em consideração que a maioria do público estudado não conhece as UC’s, logo eles também não saberiam a importância destas áreas.

Estas áreas são criadas objetivando a conservação e proteção da biodiversidade, assim como, segundo Nogueira e Neto (1997), a experiência brasileira e internacional mostra que para a efetiva proteção à biodiversidade é necessário que sejam criadas e implantadas Unidades de Conservação.

Em Medeiros, Mesquita e Baião (2016), relataram que grande parte das pessoas, não conhecem o papel e importância que os recursos naturais e serviços ecossistêmicos têm para a atividade econômica, tendo como resultado a geração de riquezas que se adequadamente gerenciadas, podem gerar riquezas para um número maior de pessoas. Os 5% que apresentaram conhecer a importância em conservar esses ambientes, comentaram que essas áreas são importantes pela natureza, responderam de forma sucinta.

Figura 6: Gráfico Referente à pergunta 4.



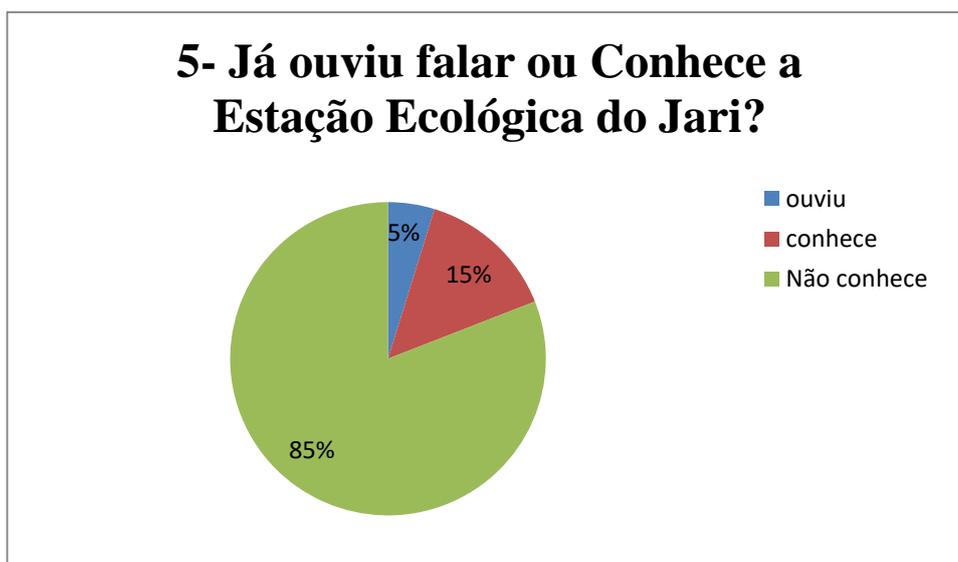
Fonte: Autor da pesquisa 2018.

A Pergunta 5 “Já ouviu falar ou conhece a Estação Ecológica do Jari? Caso já ouviu o conhece comente como”, teve 5% dos alunos respondendo que sim, enquanto que 15% conhece a unidade alegando ter participado de atividades por um programa social realizado pela Fundação Orsa Jari, empresa essa que desempenhava serviços sociais na região do Vale do Jari.

Os demais, 85%, não conhecem e nem sabiam que existia na região áreas protegidas. Dias e Mota (2015) em uma pesquisa com produtores rurais de comunidades que circundam uma Unidade de Conservação, mostram que para dimensionar a percepção ambiental em relação à Reserva Particular do Patrimônio Natural - RPPN, questionou-se a população das comunidades se já tinham ouvido falar da reserva, somente a comunidade do Córrego Jatobá teve em sua maioria a resposta afirmativa, sendo 89% dos entrevistados. As comunidades Serrinha I e Seio de Abraão tiveram respectivamente como resposta afirmativa 40% e 12,5%. A maioria dos questionados de Córrego Jatobá já tinham ouvido falar na RPPN, por estarem mais próximos à Reserva e por ser o local que transitam pesquisadores e outros profissionais que vão a UC para realizarem estudos ambientais.

A Estação Ecológica do Jari por se enquadrar nos termos de Proteção Integral segundo o SNUC, tem como objetivos além de conservar a natureza, pesquisa científica e educação ambiental. Contudo, estes alunos poderiam estar usufruindo de aulas práticas na Unidade, objetivando uma melhor relação entre o homem e o meio ambiente.

Figura 7: Gráfico Referente à pergunta de número 5.



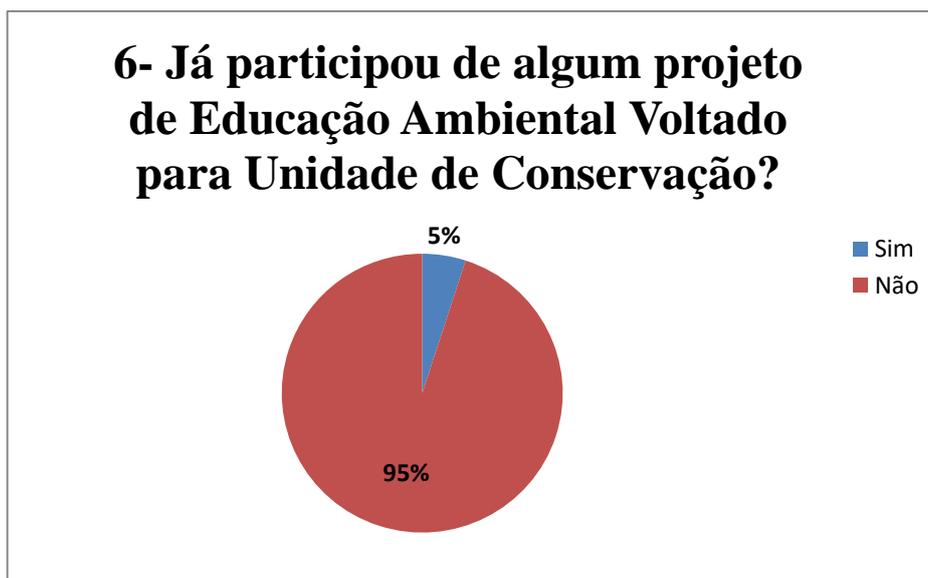
Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Para a pergunta 6 “Já participou de algum Projeto de Educação Ambiental voltado para Unidades de Conservação em sala de aula ou outros lugares?”, apenas 5 % já participaram, enquanto 95% responderam que nunca participaram (Figura 8).

Desta forma, contribui para o conhecimento de instrumentos como a influência da representação, a obrigatoriedade legal e o imperativo para a proteção dessas UC's. As atividades de Educação Ambiental contribuem para a eficiência dos objetivos das mesmas, assim como afirma Benayas (1992), que as UC's têm como um dos objetivos aplicar projetos de EA para comunidade, a fim de conservar meio ambiente.

Acredita-se que tais projetos podem desempenhar importante papel para solucionar os problemas socioambientais, demonstrando a importância da integração das Unidades de Conservação com as comunidades próximas. Sensibilizar a comunidade com programas de EA, colabora para que estas áreas realizem seus benefícios que tem uma relação direta com o bem estar humano e são consumidos pela sociedade.

Figura 8: Gráfico Referente à pergunta de número 6.



Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

Na pergunta 7 “Gostaria de Receber Informações sobre Unidades de Conservação?” A Maioria totalizando 95%, responderam que sim, desejam receber informações referentes as UC’s, enquanto 5% não tem interesse em receber este tipo de informação.

Ressalta-se a necessidade em trabalhar a transversalidade referente a EA, realizar atividades ligadas as áreas protegidas, para explanar a importância das mesmas para o ser humano, além de valorizar a economia gerando empregos, quando usada de forma correta. Mas além de realizar a EA para uma mobilização social, também abordar interpretação ambiental, trabalhando o senso crítico do público que recebe as informações.

Figura 9: Gráfico referente à pergunta de número 7.



Fonte: Autor da pesquisa, 2018.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Unidades de Conservação são de fundamental importância para a preservação dos ecossistemas, proporcionando pesquisas científicas, manejo e educação ambiental na busca pela conservação dos recursos naturais. A ESEC do Jari é de extrema importância para o vale do Jari, pois a UC abriga uma variedade de espécies de fauna e flora. Um dos aspectos mais interessantes da fauna é a presença de espécies de mamíferos ameaçados de extinção, como a onça pintada. E também se dispõe de espécies endêmicas de aves e espécie raras como o galo da serra.

A pesquisa foi importante pois, no processo de desenvolvimento educacional dos alunos do ensino médio a questão ambiental tem sido abordada ainda de maneira abstrata e distinta da realidade local dos alunos que residem em torno da ESEC do Jari. O que faz com que o conhecimento referente a temática por diversas ocasiões não se obtenha o êxito esperado.

Deste modo, a pesquisa realizada constatou o desconhecimento dos alunos sobre as unidades de conservação, e conseqüentemente da Estação Ecológica do Jari, dados que se tornam preocupantes já que residem entorno da UC nos municípios de influência e não sabe de sua existência, importância da preservação e proteção dessa unidade.

As atividades da Educação Ambiental na escola ajudam os educandos na construção de uma consciência crítica das questões relacionadas ao ambiente, para que estes possam assumir posições relativas com os valores referentes à sua proteção e melhoria.

O desenvolvimento de pesquisas de natureza científica que envolvam a sociedade principalmente os alunos que moram nas proximidades das Unidades de Conservação são de suma importância para a ESEC do Jari, para que esses sujeitos tomem conhecimento da existência dessa UC e de sua relevância para a população.

Através do estudo da percepção ambiental é possível identificar as formas precisas em que a educação ambiental poderá sensibilizar conscientizar e trabalhar conjuntamente as dificuldades ou dúvidas que os sujeitos-atores possam vir a ter quando discutido ou apresentadas às questões ambientais. As realizações de EA a respeito das áreas protegidas, principalmente as UC, são de grande importância para o ambiente natural e conseqüentemente ao ambiente construído, ocupado pelo homem.

Portanto, é importante que atribuam significado daquilo que aprendem sobre as questões ambientais, fazendo uma relação com o que aprendem e a sua realidade cotidiana

possibilitando a utilização destes conhecimentos em diversas situações. A Estação Ecológica do Jari ainda não provém de um Plano de Manejo, porém tem um plano emergencial e conta com um Conselho Consultivo, onde tem a participação de membros da sociedade objetivando a ajudar na gestão da UC. Este tipo de estudo contribui para a implantação de medidas em questão a Educação ambiental com o público, de forma articulada e continua.

REFERÊNCIAS

BENAYAS, M. T. **Topofilia: Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente**. São Paulo: Difel, 1992.

BERGMAN, M. **Análise da Percepção Ambiental da População Ribeirinha do Rio Santo Cristo e de Estudantes e Professores de Duas Escolas Públicas, Município de Giruá, rs.** 2007. Dissertação (Mestrado em Ecologia) – Instituto de Biociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2007. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10183/10950>>. Acessado em: 06/11/2018.

BERNARDES, M.T.; MARTINS, M.C.C. **Orientações e Estratégias para a formulação e implantação de projetos de educação ambiental para as comunidades vizinhas às Unidades de Conservação**. Ministério da Agricultura, Brasília; 1998.

BONIFÁCIO, K. M.; ABÍLIO, F. J. P. Percepções ambientais dos educandos de escolas públicas- caso Bacia hidrográfica do rio Jaguaribe, Paraíba. **REDE- Revista Eletrônica do Prodema**, v.5, n.2, p.32-49, 2010.

BRESOLIN, Alan José; ZAKRZEWSKI, Sônia Beatriz Balvedi ; MARINHO, Jorge Reppold. **Percepção, Comunicação e Educação Ambiental em Unidades de Conservação: Um Estudo no Parque Estadual Espigão Alto – Barracão/RS – Brasil**. Erechim, 2010.

BRASIL. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade: **Lei de nº 11.516 2, 28 de Agosto de 2008**. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/11516.htm> acesso no dia 05 de Novembro de 2018.

BRASIL. Política Nacional de Educação Ambiental. Brasília: **Ministério do Meio Ambiente/ MEC, 1999**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9795.htm> acesso no dia 06 de Novembro de 2018.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente. **SNUC-Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza: Lei nº 9.885, 18 de Julho de 2000**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9985.htm> acesso no dia 06 de Novembro de 2018.

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Contagem Populacional. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ap/laranjal-do-jari/panorama>>. Acesso em: jan. 2019.

BRASIL. **Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Contagem Populacional. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pa/almeirim/panorama>>. Acesso em: jan. 2019.

BRASIL, **Decreto de nº 87.092 no dia 12 de abril de 1982, Criação da Unidade de Conservação Estação Ecológica do Jarí**. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/esecc_jari_1.pdf> acesso no dia 06 de Novembro de 2018.

BRITO, Maria Cecília Wey de. *Unidades de conservação – intenções e resultados*. 2ª ed. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2003.

BRÜGGER, P. A natureza da mídia e a natureza na mídia. In: SPERANZA F. M. et (Orgs), **Educação ambiental: compromisso com a sociedade**. Belo Horizonte: MZ Editora, 1999.

COSTA NETO, Nicolao Dino de Castro e. *Proteção jurídica do meio ambiente – I Florestas*. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

DE PAULA, E. M.; SILVA, E. V.; GORAYEB, A. Percepção ambiental e dinâmica geocológica: Premissas para o planejamento e gestão ambiental. **Sociedade & Natureza**, v.26, n.3, p.511-518, 2014.

DIAS, J. M.; MOTA, C. S. **Educação e Interpretação Ambiental em Unidades de Conservação. Fundação O Boticário de Proteção à Natureza. Cadernos de Conservação**. Curitiba/PR. Ano 03. n. 04. Dez/2015.

FACHIN, O. **Fundamentos de Metodologia**. 5ª ed. Saraiva, 2005.

FAGGIONATO, S. **Percepção ambiental**. 2007. Disponível em <http://educar.sc.usp.br/biologia/textos/m_a_txt4.html>. Acesso em 06 de nov. 2018.

FERREIRA, C. P. **Percepção ambiental na Estação Ecológica de Juréia-Itatins**. 2005. Dissertação (Mestrado em Ciência Ambiental) –Universidade de São Paulo, São Paulo.

FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FONTANA, A. **Ao Redor da Natureza: investigando a percepção ambiental dos moradores do entorno da Estação Biológica de Santa Lúcia, Santa teresa - ES**, 2004. Dissertação (Mestrado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) - Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

FRANCO, André Rocha; MORAIS Gustavo Amaral Cardoso de; NETO, Jorge Diniz; LOPES Juliana Colmenero Carvalho; LEUCAS, Henrique Lages Barsand de; GUADALUPE, Diogo de Castro, BARROS, Marcelo Diniz Monteiro de **estudo de percepção ambiental com alunos de escola municipal localizada no entorno do parque estadual da serra do Rola-moça**. AMBIENTE & EDUCAÇÃO | vol. 17(1) 2012.

GOLDENBERG, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1997.

GUIMARÃES, M. **A formação de educadores ambientais**. Campinas, Sp: Papyrus, 2007.

HOEFFEL, J. L.; FADINI, A. A. B. Percepção Ambiental. IN: FERRARO JÚNIOR, L. A. (org). **Encontros e Caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores**. Brasília: MMA, Departamento de Educação Ambiental. Vol 2, 2007.

HOEFFEL, J. L. et al. **Trajetórias do Jaguarí – Unidades de conservação, percepção ambiental e turismo: um estudo na APA do Sistema Cantareira, São Paulo.** Ambiente e Sociedade 11(1): 131-148, 2008.

ICMBIO. **Venha Pesquisar Conosco: unidades de conservação federais e espécies ameaçadas de extinção.** Brasília: ICMBio, 2014.

IBAMA. **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá /** Texto de José Augusto Drummond; Teresa Cristina Albuquerque de Castro Dias e Daguinete Maria Chaves Brito - Macapá: MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA, 2008.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos da Metodologia.** 5. ed. - São Paulo : Atlas 2003.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Metodologia Científica,** 6ª ed. Saiva, 2003.

MALAFAIA, G.; RODRIGUES, A. S. L. Percepção ambiental de jovens e adultos de uma escola municipal de ensino fundamental. **Revista Brasileira de Biociências.** v.7, n.3. p.266-274, 2009.

MARIN, A.A.; OLIVEIRA, H.T.; COMAR, V. **Environmental education in a context of the complexity of theoretical perception.** *Interciencia,* v.28, n.10, p.616 – 619, 2003.

MEDEIROS, M. M.; MESQUITA, N. S.; BAIÃO, T. A. **Saúde e Meio ambiente: interpretações e perspectivas.** In: Simpósio Mineiro de Assistentes Sociais, 4º, Minas Gerais. 2016.

MEDINA, N. M. **A formação de multiplicadores em educação ambiental.** In: PEDRINI, A.G. 2002.

MILANO, Miguel Serediuk. **Unidades de conservação – técnica, lei e ética para a conservação da biodiversidade.** In: *Direito ambiental das áreas protegidas – o regime jurídico das unidades de conservação.* Coord. Antônio Herman Benjamin. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001. p. 3 a 41.

MILANO, Miguel Serediuk. **Porque existem as unidades de conservação?** In: *Unidades de Conservação: atualidades e tendências.* Org. Miguel Serediuk Milano. Curitiba: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2002. p. 193 a 208.

MORSELLO, Carla. *Áreas protegidas públicas e privadas – seleção e manejo.* São Paulo: Annablume: Fapesp, 2001. (Org.). **O Contrato Social da Ciência, unindo saberes na Educação Ambiental.** Petrópolis: Vozes, 2002.

NEVES, N. M.; CARVALHO, R. F.; QUINTINO, J. P.; NARCISO, L. C.; WERNER, E. T. **Percepção Ambiental de Alunos do Ensino Fundamental na Unidade de Conservação Parque Estadual Cachoeira da Fumaça (ES).** XVI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica, XII Encontro Latino Americano de Pós-Graduação e VI Encontro Latino Americano de Iniciação Científica Júnior - Universidade do Vale do Paraíba, 2017.

NOGUEIRA, F. S. P.; NETO, C. F. **Grafismo no Aprendizado- Ferramenta para Avaliação da Percepção Ambiental de Estudantes de Uma Escola em Serra Talhada – PE.** Serra Talhada/PE,1997.

OLIVEIRA, K. A.; CORONA, H. M. P. A percepção ambiental como ferramenta de propostas educativas e de políticas ambientais. **Anap Brasil**, v.1, n.1, 2008, p.53-72.

OLIVEIRA, E. M.; BRUSAMOLIN, W. M.; MORAIS, J. L.; BASSETTI, F. J.; BERGAMASCO, R. Percepção ambiental e sensibilização de alunos de colégio estadual sobre a preservação da nascente de um rio. **Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**, v. 30, n.1. p.23-37, 2008.

PALMA, I. R. **Análise da percepção ambiental como instrumento ao planejamento da educação ambiental.** 83f. Dissertação. (Mestrado em Engenharia) –Escola de Engenharia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

PETERS, Edson Luiz. **Meio ambiente & propriedade rural.** Curitiba: Juruá, 2003.

PACHECO, E.; SILVA, H.P. **Compromissos epistemológicos do conceito de percepção ambiental.** Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net>>. Acesso em: 07/11/2018.

SILVA, C.M.S. **A Percepção Ambiental de Moradores de Comunidades Carentes– a ZEIS Brasilit.** Relatório. Centro Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco. Recife, 2006.

STRACHMAN, M.; TAMBELINI, M. A Percepção Ambiental dos pequenos agricultores da região de Araraquara. **Revista UNIARA**, v.1, n.16,2005, p.1-13.

TORRES, D. F; OLIVEIRA E. Silva O; **PERCEPÇÃO AMBIENTAL: INSTRUMENTO PARA EDUCAÇÃO AMBIENTAL EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO.** Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient. ISSN 1517-1256, v. 21, julho a dezembro de 2008.

TREVISOL, Joviles Vitério. **A educação em uma sociedade de risco: tarefas e desafios na construção da sustentabilidade.** Joaçaba: UNOESC, 2003.

WHYTE, A. V. T. **La Perception de environnement:** lignes directrices méthodologiques pour les études sur le terrain. Paris: UNESCO, 1978. 134p.

WHYTE, A. 1998. **La perception de l'environnement.** Lignes Directrices et Methodologiques pour les études sur le terrain. Paris. UNESCO

APÊNDICE (A)

QUESTIONÁRIO

Solicito a sua colaboração no sentido de responder as questões contidas neste instrumento de pesquisa, o qual tem por finalidade investigar quais os conhecimentos sobre Unidades de Conservação. Informo que o preenchimento não requer identificação e que as informações prestadas serão trabalhadas apenas com o propósito de atender aos objetivos da pesquisa, em caráter confidencial. Desde já agradeço antecipadamente.

1. Sexo: () F () M
2. Idade: _____
3. Conhece uma Unidade de Conservação?
() SIM () NÃO

Caso seja afirmativa, quais?

4. Conhece a importância em Conservar esses ambientes?
() SIM () NÃO

Caso seja afirmativa, quais?

5. Já ouviu falar ou conhece a Estação Ecológica do Jari?
() Ouviu () Conhece () Não Conhece

Caso já ouviu ou conhece, relate como?

6. Já participou de algum projeto de educação ambiental voltado para Unidade de Conservação em sala de aula ou outros lugares?
() SIM () NÃO
7. Gostaria de Receber Informações sobre Unidades de Conservação?
() SIM () NÃO